**ATA DA 28.ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**5ª LEGISLATURA**

Aceguá, 23 de setembro de 2019

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas e cinco minutos, no Plenário Ecesar Pintos, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, o Senhor Presidente, Vereador Dalmiro Almeida-PP, após verificar a existência de número legal deu por aberta a Sessão, solicitando à 1.ª Secretária, Vereadora Beatriz Priebe Silveira-PDT, que procedesse a chamada dos demais Vereadores, estando presentes pelo MDB: Anderson Barcelos Correa, Edmundo Pichler, Liziane Jardim e Luis Eduardo Nunes Gonçalves; pelo PSDB: Alfredo Castillos de Los Santos, Jacqueline Ferreira e Odete da Silva Ribeiro. A seguir, solicitou a leitura da Ata da Sessão anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, não havendo inscritos em PALAVRA NO EXPEDIENTE, o Presidente passou para EXPLICAÇÕES PESSOAIS, quando fizeram uso da tribuna os Vereadores Jacqueline Ferreira e Anderson Barcelos Correa. Ato contínuo, o Presidente solicitou à 1.ª Vice-Presidente, Vereadora Jacqueline Ferreira, que assumisse os trabalhos para que pudesse se manifestar. Reassumindo, solicitou a leitura do EXPEDIENTE INTERNO onde constaram os requerimentos n.ºs: 0648, 0662, e 0663/2019 – Da Vereadora Jacqueline Ferreira; 0657/2019 – Do Vereador Luis Eduardo Nunes Gonçalves; 0668 e 0669/2019 - Da Comissão de Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul. Após, solicitou a leitura dos expedientes que BAIXARAM para as COMISSÕES TÉCNICAS, de CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, de FINANÇAS E ORÇAMENTO e de AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, sendo: PL n.º 060/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo municipal a ceder bens públicos mediante cessão de uso”; PL n.º 061/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo municipal a ceder bens públicos mediante cessão de uso”; PL n.º 062/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo municipal a ceder bens públicos mediante cessão de uso”; PL n.º 063/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo municipal a ceder bens públicos mediante cessão de uso”. Na sequência, solicitou a LEITURA DE PARECERES, sobre os seguintes: PROCESSO n.º 0458/2019 – Do PODER EXECUTIVO – Substitutivo ao PL n.º 041/2019 – Dispõe sobre a Inspeção Sanitária e Industrial dos produtos de produtos de origem animal no município de Aceguá”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Constitucionalidade. Voto do Relator da CFO: Pela tramitação regimental e aprovação da matéria; Voto do Relator da Comissão de Alimentação e Saúde Pública: pela Aprovação; Voto do Relator da Comissão de Agricultura e Meio Ambiente: Pela aprovação; Voto do Relator da Comissão de Indústria e Comércio e Assuntos do Mercosul: Pela aprovação. (Todos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno). Parecer das Comissões: Mantém o voto dos relatores; PL n.º 057/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera a nomenclatura e as atribuições do cargo público de provimento efetivo de Bioquímico, previsto no anexo I, da Lei Ordinária n.º 108, de 1.º de outubro de 2002, e Lei nº 1.476/2015, de 22 de dezembro de 2015”. Parecer: Voto do relator da CCJ: Pela Inconstitucionalidade. Parecer da Comissão: Mantém o voto do relator. Posteriormente, solicitou projetos em tramitação, sendo: Em PRIMEIRA DISCUSSÃO: PL n.º 013/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Dispõe sobre contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – CIP”; PL n.º 014/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Institui a taxa de coleta de lixo (resíduos sólidos urbanos e recicláveis) e serviços de remoção de resíduos no município de Aceguá; PL n.º 055/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal nº 108, de 1.º de outubro de 2002”; PL n.º 056/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Altera parcialmente a Lei Municipal n.º 109, de 1.º de outubro de 2002”; Em SEGUNDA DISCUSSÃO: PL n.º 054/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Concede gratificação especial”. Após, havendo número legal o Presidente deu início à ORDEM DO DIA, com votação de Requerimento e de Projetos de Leis Ordinárias, sendo: a) REQUERIMENTO n.º: 0668/2019 – Da COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E ASSUNTOS DO MERCOSUL - “Requer o envio de expediente, convidando o Excelentíssimo Senhor, Prefeito Municipal, para reunião da Comissão, sugerindo a data de 30/09/2019, às 10h, solicitando os seguintes documentos: embasamento legal para atuação de médico estrangeiro na UBS; Instrumento contratual de prestação de serviço, relativos à contratação de médio estrangeiro para atuar na UBS; número de atendimentos prestados pelo profissional e informações sobre a entrega dos medicamentos pelo referido médico, bem como, de toda e qualquer documentação referente às tratativas junto ao Ministério da Agricultura, sobre o quarentenário”, aprovado por unanimidade; b) PROJETOS DE LEIS ORDINÁRIAS: PL n.º 049/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza o Poder Executivo a proceder suplementação de dotações orçamentárias no valor global de R$97.278,18”, aprovado de forma unânime; PL n.º 051/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$22.300,00”, aprovado unanimemente; PL n.º 052/2019 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria ação no PPA e LDO e Autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$24.000,00”, aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que depois de lida e aceita, vai devidamente assinada.

 Presidente Secretário (a)